

ÁGUA, SANEAMENTO E DIGNIDADE:

**"O Papel da Assistência Social
na Promoção de Direitos Fundamentais"**



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social



APRESENTAÇÃO

O presente material informativo aborda a relação entre assistência social e saneamento básico, destacando como a ausência de infraestrutura sanitária repercute diretamente a dignidade humana, o desenvolvimento social e a equidade de direitos. O saneamento não se resume à instalação de redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário; trata-se de um fator essencial para a saúde pública, a educação e a inclusão socioeconômica.

No Brasil, milhões de pessoas ainda vivem sem acesso adequado a esses serviços essenciais, o que compromete sua qualidade de vida e perpetua ciclos de pobreza e exclusão social. Nesse contexto, a política de assistência social desempenha um papel fundamental na garantia de direitos, atuando na mitigação dos impactos da falta de saneamento por meio de programas e benefícios voltados às populações vulnerabilizadas.

Ademais, o presente material busca trazer reflexões sobre os desafios enfrentados, os efeitos estruturais da precariedade sanitária e a necessidade de políticas públicas eficazes, que reconheçam o saneamento como um direito básico e não como um privilégio. Com isso, esperamos fortalecer o debate e impulsionar ações que promovam dignidade, igualdade e justiça social.

Saneamento e Justiça Social:

A necessidade da garantia de Direitos Fundamentais

O acesso à água potável e ao saneamento básico não pode ser tratado como uma questão meramente técnica ou de infraestrutura, mas como um direito humano essencial para a promoção da dignidade, da saúde pública e da justiça social. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece que a universalização do saneamento é um pilar para o desenvolvimento sustentável, sendo indispensável para assegurar condições mínimas de vida.

Entretanto, no Brasil, essa realidade ainda é marcada por graves desigualdades. De acordo com o Instituto Trata Brasil, mais de 33 milhões de pessoas não possuem acesso regular à água potável, enquanto cerca de 100 milhões vivem sem coleta e tratamento adequado de esgoto. Esses números escancaram a exclusão sanitária, que atinge com maior intensidade comunidades periféricas e rurais, restringindo o acesso dessas populações à saúde, à educação e a oportunidades no mercado de trabalho.

A ausência de saneamento adequado não apenas prejudica a qualidade de vida, mas também atrapalha diretamente a economia e o desenvolvimento social. A precariedade no abastecimento de água segura e na destinação correta dos dejetos compromete a produtividade dos trabalhadores, aumenta os índices de afastamento escolar e onera os sistemas públicos de saúde com o tratamento de doenças evitáveis.





Diante desse cenário, é imprescindível ampliar o olhar sobre o saneamento básico como instrumento de justiça social, garantindo sua universalização como um compromisso do Estado e da sociedade. O acesso a água limpa e à infraestrutura sanitária não pode continuar sendo um marcador de desigualdade, mas sim uma prioridade na construção de um país mais equitativo e inclusivo.

Nesse contexto, a relação entre saneamento e desenvolvimento econômico se torna evidente. **O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 8**, que propõe o crescimento econômico sustentável e o trabalho decente para todos, está diretamente ligado à necessidade de garantir infraestrutura sanitária adequada. Sem acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, as populações mais vulneráveis veem sua capacidade produtiva comprometida, seja pelo adoecimento frequente, pela impossibilidade de manter a higiene pessoal em padrões adequados para o ambiente de trabalho ou pelas dificuldades enfrentadas no ambiente escolar, que afetam sua formação educacional e, conseqüentemente, suas oportunidades futuras.

A falta de saneamento básico representa uma grave violação de direitos, comprometendo diretamente a dignidade humana e dificultando o desenvolvimento social e econômico do país. Para enfrentar esse problema, é fundamental o fortalecimento de políticas públicas eficazes, que assegurem o acesso universal à água potável e ao esgotamento sanitário. Garantir esses serviços não apenas protege a saúde da população, mas também reduz desigualdades e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

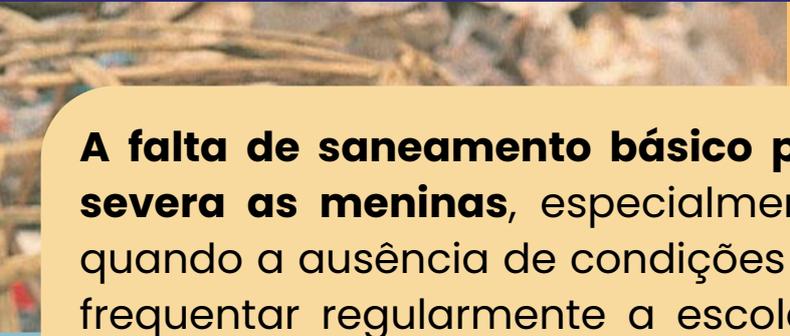
O Impacto Direto da Falta de Saneamento na Infância e Juventude



A relação entre a ausência de saneamento básico e o desenvolvimento infantil é alarmante e revela uma das faces mais cruéis da desigualdade social. Segundo a UNICEF, a diarreia causada pela ingestão de água contaminada figura como a segunda principal causa de mortalidade infantil no mundo, uma estatística que evidencia o quanto a **precariedade no acesso a serviços essenciais compromete a vida de milhares de crianças**. No Brasil, essa realidade se traduz em números preocupantes: aqueles que vivem em regiões sem saneamento adequado apresentam maiores chances de desenvolvimento de infecções parasitárias, desnutrição e outras doenças relacionadas à insalubridade, fatores que afetam não apenas sua saúde física, mas também seu crescimento e desenvolvimento cognitivo.

Além das graves consequências na saúde, a precariedade do saneamento básico também compromete diretamente a educação infantil e juvenil. A **evasão escolar**, um dos grandes desafios do sistema educacional brasileiro, está fortemente associada à ausência de infraestrutura sanitária adequada. Dados do Instituto Trata Brasil revelam que mais de seis milhões de crianças e adolescentes no país abandonaram a escola em decorrência de problemas causados pela falta de saneamento. Doenças recorrentes como infecções gastrointestinais, viroses e hepatites afetam de forma desproporcional essa parcela da população, levando a repetidas faltas escolares e comprometendo o desempenho acadêmico. Muitas dessas crianças, impossibilitadas de frequentar as aulas devido ao quadro de saúde debilitado, acabam abandonando os estudos antes mesmo de completarem a educação básica.

A falta de banheiros adequados nas próprias unidades de ensino é um obstáculo para a permanência dos alunos, especialmente das meninas adolescentes. Em diversas escolas pelo país, a ausência de instalações sanitárias adequadas não apenas compromete a saúde e a dignidade dos estudantes, mas também contribui para o abandono escolar.



A falta de saneamento básico prejudica de maneira ainda mais severa as meninas, especialmente durante o período menstrual, quando a ausência de condições mínimas de higiene as impede de frequentar regularmente a escola. Estudos da ONU apontam que, em países em desenvolvimento, **uma em cada dez meninas deixa de comparecer às aulas durante o ciclo menstrual devido à inexistência de banheiros adequados e à dificuldade de acesso a absorventes higiênicos**. No Brasil, essa realidade ainda persiste em diversas comunidades, evidenciando não apenas a carência de infraestrutura sanitária, mas também a necessidade urgente de políticas públicas que assegurem condições dignas de higiene e acesso equitativo à educação, dentro e fora do ambiente escolar.

Outro fator preocupante diz respeito à **contaminação dos alimentos em locais onde a água disponível não é potável**. A ausência de um sistema de tratamento adequado exige a higiene e o armazenamento dos alimentos, ampliando os riscos de infecções alimentares e intoxicações. Crianças e adolescentes que crescem nessas condições são mais vulneráveis a quadros de desnutrição, um problema que afeta não apenas sua saúde, mas também sua capacidade de concentração e aprendizagem.

A precariedade sanitária, portanto, não repercute apenas na saúde e na educação, mas reverbera em todas as esferas do desenvolvimento infantil e juvenil, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade social que compromete gerações inteiras.

Diante desse cenário, **a universalização do saneamento básico mostra uma necessidade urgente e inadiável**. Não se trata apenas de uma questão de infraestrutura, mas de um direito fundamental que deve ser assegurado a todas as crianças e adolescentes para que possam crescer de forma saudável, frequentar a escola e romper o ciclo de pobreza imposto pela falta de acesso a condições básicas de dignidade.



Desigualdade e Estigmatização: O Saneamento Como Fator de Exclusão Social

A universalização do saneamento básico não deve ser tratada como uma concessão ou uma medida secundária, mas como um dever inalienável do Estado na garantia dos direitos fundamentais. O acesso à água potável e ao esgotamento sanitário é essencial para a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, devendo ser uma prioridade absoluta das políticas públicas. A ausência desses serviços compromete a saúde pública, aprofunda as disparidades sociais e perpetua um ciclo de vulnerabilidade que impede milhões de pessoas de exercerem plenamente sua cidadania.

O direito ao saneamento básico está diretamente ligado à **construção de uma sociedade mais justa e sustentável**. Sem acesso a água limpa e infraestrutura sanitária adequada, as crianças têm sua permanência na escola ameaçada, as famílias vivem em condições insalubres e os trabalhadores enfrentam riscos diários à saúde, o que impacta sua produtividade e reduz suas oportunidades no mercado de trabalho. A ausência desse direito básico agrava a desigualdade social e compromete não apenas a qualidade de vida das populações mais vulneráveis, mas também o desenvolvimento econômico do país.

A **assistência social, como instrumento de defesa dos direitos humanos, desempenha um papel crucial na luta por um desenvolvimento que seja verdadeiramente inclusivo e equitativo**. O saneamento básico não é um privilégio reservado a poucos, mas um direito inalienável de todos. Cabe ao Estado e à sociedade civil garantir que essa demanda seja tratada com a urgência e a seriedade que merece, assegurando que nenhuma pessoa seja privada das condições essenciais para uma vida digna.



A Assistência Social e a Luta pelo Direito à Água e Saneamento

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enquanto política pública estruturante, desempenha um papel fundamental na mitigação das sequelas da falta de acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, especialmente entre os países mais vulnerabilizados.

A atuação do SUAS ocorre de forma intersetorial, articulando-se com as áreas da saúde, educação e habitação para promover respostas efetivas aos desafios impostos pela precariedade sanitária. Nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são desenvolvidas estratégias voltadas à identificação e ao acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo o acesso aos direitos fundamentais e fomentando iniciativas que promovam a inclusão social.

O monitoramento constante dessas soluções permite a formulação de diagnósticos mais precisos e a implementação de políticas que atendam às suas necessidades específicas, contribuindo para a redução das implicações da exclusão sanitária na vida cotidiana dessas comunidades.

Além da identificação das famílias em situação de risco, a assistência social desempenha um papel central na orientação e no encaminhamento para programas de transferência de renda e benefícios eventuais, possibilitando o acesso a recursos que viabilizam a compra de água potável, insumos de higiene e melhorias nas condições sanitárias dos domicílios.

A articulação com outras políticas públicas é essencial para garantir a ampliação da infraestrutura básica, promovendo a regularização do abastecimento de água e esgotamento sanitário em áreas de vulnerabilidade e fomentando projetos de habitação social que levem em consideração a necessidade de acesso pleno a esses serviços.

Outro aspecto relevante da atuação do SUAS é a promoção de ações educativas e preventivas sobre higiene, saúde e uso adequado da água, garantindo que as famílias assistidas compreendam a importância dos cuidados sanitários para a prevenção de doenças e o fortalecimento da qualidade de vida.

Essas ações incluem desde campanhas informativas até escritórios externos para o uso racional da água, formas seguras de armazenamento e práticas de higiene adequadas, especialmente em comunidades onde o acesso a esses recursos é limitado.



Os **benefícios assistenciais** também desempenham um papel crucial na garantia da dignidade dessas populações . Medidas como o Auxílio Emergencial para Água Potável em regiões afetadas por estiagens prolongadas e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para famílias em extrema pobreza são fundamentais para garantir que cidadãos em situação de vulnerabilidade tenham condições mínimas de subsistência.

Tais iniciativas, aliadas a um planejamento estratégico de políticas públicas externas à universalização do saneamento, representam um avanço na promoção da equidade e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A luta pelo direito à água e ao saneamento deve ser compreendida como uma luta por dignidade e cidadania. Garantir que todas as pessoas tenham acesso a esses serviços essenciais é um compromisso inadiável do Estado e um dever da sociedade, pois não há desenvolvimento social sem saneamento básico, e **não há justiça social sem dignidade humana** .





MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO